



Impactos socioambientais nas comunidades da pesca artesanal do Nordeste brasileiro

NEVES, Camila Maria de Paiva¹; BARROS, Ilena Felipe²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte, camila.paiva.700@ufrn.edu.br; ² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ilena.felipe@ufrn.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Ancestralidades, terra e território

Resumo: O estudo analisa os impactos socioambientais vivenciados pelas comunidades da pesca artesanal do Nordeste brasileiro, considerando o capital no cerne dos conflitos socioambientais presentes na região. O capital mercantiliza os recursos naturais, transformando-os em bens de acesso e uso privado, para geração de mais-valor. As comunidades pesqueiras se deparam com o avanço do capital sob seus territórios, gerando conflitos socioambientais dos mais diversos, que por sua vez destroem os modos de ser e viver tradicionais. O trabalho analisa os impactos da pesca industrial, do derramamento de petróleo e da energia eólica sobre os territórios pesqueiros nordestinos. A metodologia compreende uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica e documental, sob a luz do método marxista. Ficou evidente a tendência destrutiva do capital sobre os territórios pesqueiros, que resulta no recrudescimento das condições de vida e na necessidade da organização política dos/as pescadores/as.

Palavras-chave: pescadores artesanais; conflitos socioambientais; capitalismo; região nordeste.

Introdução

Na atual conjuntura, a reedição das crises cíclicas do capital implica na garantia das taxas de lucros das corporações e conglomerados transnacionais, assim como, das classes dominantes no capitalismo financeiro. Na contramão, progressivamente os povos das águas, florestas e dos mares vivenciam o avanço da exploração e expropriação dos recursos naturais que são úteis para a reprodução das forças produtivas do capital. Desse movimento, surgem conflitos socioambientais nas comunidades tradicionais, com destaque aos/as pescadores/as tradicionais do Nordeste.

Nesta direção, o presente estudo analisou os impactos socioambientais vivenciados pelas comunidades da pesca artesanal do Nordeste brasileiro, considerando o capital como principal agente causador dos conflitos socioeconômicos na região. Dentre os objetivos específicos deste trabalho estão:

- 1) Analisar o avanço do capitalismo sobre as comunidades pesqueiras tradicionais;
- 2) Analisar os impactos da pesca industrial, do derramamento de petróleo e da energia eólica sobre os territórios pesqueiros nordestinos; 3) discutir as condições de vida e organização política dos pescadores/as artesanais.



A pesca artesanal é definida através legislação de nº 11.959, de 29 de junho de 2009 como aquela que é “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009). Para além dessa conceituação, o fazer pesqueiro é complexo, envolto por uma perspectiva social, histórica, cultural e ambiental que foi se consolidando no Brasil a partir da confluência dos conhecimentos dos povos indígenas, negros e europeus. Se conforma, portanto, por meio de práticas e saberes muito antigos, repletos de significados que são repassados entre as gerações e dão sentido às atividades da pesca.

No entanto, progressivamente os/as pescadores/as tradicionais se deparam com o avanço do capital sobre seus espaços de vida e trabalho. Esse cenário é aprofundado com a ascensão do capital monopolista que vinculou o Brasil estritamente ao capital estrangeiro com vistas à exportação de commodities. O entreguismo dos recursos naturais para a reprodução do capital significou a possibilidade do capitalismo se reeditar, acentuando os processos combinados de exploração e expropriação, favorecendo as exportações e a expansão da taxa de lucro. Ao mesmo tempo, desencadeou a destruição dos recursos naturais sem precedentes, aprofundando os conflitos socioambientais em todo o país.

Os conflitos socioambientais podem ser sintetizados como “confronto de interesses distintos entre atores sociais, tendo como objeto de disputa os recursos naturais, no que se refere à multiplicidade de percepções do seu uso e gestão, sempre ocasionando impactos diretos ou indiretos nas esferas ambiental, social e/ou econômica” (Duarte et al, 2021 p. 15). Os impactos socioambientais são consequências de um modelo de produção que transforma a natureza, espaço coletivo, em um instrumento privado de expansão do capital, desencadeando modificações nas condições materiais e simbólicas dos pescadores e pescadoras.

Conforme Pacheco (2017) o modelo econômico e político vigente gera acumulação a uma pequena elite que passa a se beneficiar com a degradação dos ecossistemas às custas da expropriação dos povos originários e da exploração da classe trabalhadora. Assim, à medida que o capital vai se aprofundando e reestruturando, mais acentuada

é a devastação dos meios bióticos, razão pela qual os povos e comunidades tradicionais vivenciam o avanço do capital dos modos de ser e viver historicamente construídos.

No que tange a pesca artesanal, o que se percebe é um tensionamento entre os interesses dos homens e mulheres da pesca e os desejos do capital em expandir suas formas de lucros através do apagamento da cultura tradicional. Conforme o Conselho Pastoral da Pesca (CPP), a chegada de grandes projetos nas áreas da pesca artesanal deixa os/as pescadores/as suscetíveis a violações de direitos e outros impactos nocivos do ponto vista socioambiental e socioeconômico.



Nesse bojo, o presente resumo, ao considerar os saberes e práticas tradicionais, retoma a relevância da agroecologia como alternativa para uma sociedade sem fome e sem desigualdades sociais. A pesca artesanal, mesmo diante de um cenário desafiador, se consolida no Brasil como a principal produtora de pescado consumido pelos brasileiros, demonstrando assim que é possível produzir alimentos em um regime que respeita a natureza e aqueles que coexistem a partir dela.

Metodologia

A metodologia empregada corresponde à pesquisa qualitativa, com levantamento documental e revisão bibliográfica das temáticas que circundam os impactos socioambientais às comunidades pesqueiras. Para Minayo (2001), esta metodologia trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças [...] fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2001, p.21-22). Já o método de pesquisa, sob a luz do método de Marx, parte-se do real para apanhar as determinações sociais, políticas, econômicas e históricas que atravessam os conflitos socioambientais da pesca artesanal no Nordeste.

Para revisão da bibliografia foi consultado livros, artigos, dissertações e teses. Quanto à coleta de dados secundária foi analisado os Relatórios do Conflito no Campo; Relatório dos Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil (2016, 2021); Relatórios oficiais, legislações, cartilhas e outros.

Resultados e Discussão

Os pescadores artesanais são definidos como aqueles que realizam a pesca sob um regime de subsistência ou pequena comercialização mercantil, que praticam a atividade pesqueira em pequena escala, com práticas de baixa tecnologia e impacto ambiental, tendo uma relação sustentável com a natureza. Os/as pescadores/as traduzem uma prática social baseada na solidariedade e ancestralidade, com saberes e tradições repassadas ao longo de muitas gerações e que carregam grandes significados a estes grupos. Já os territórios pesqueiros são os espaços de vida e trabalho, “locais onde habitam, onde praticam as suas atividades produtivas, que guardam relação com o modo de ser, criar e fazer” (MPP, 2015, p. 10).

O Estado Brasileiro por muito tempo negou a existência de grupos culturalmente diferenciados, incluindo os próprios pescadores que são formados em sua maioria por indígenas e ex-escravizados (MPP, 2015). Durante décadas estes não tiveram seus direitos à tradicionalidade assegurados, o que representou grave ameaça à memória, aos bens imateriais, à territorialidade e à subsistência. Somente com o cenário de efervescência política nas últimas décadas do século XX, foi garantido aos grupos e comunidades tradicionais, através da Constituição de 1988



tradicionais, o reconhecimento como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (MPP, 2015. p. 7).

No entanto, muito embora o reconhecimento apresentado pela pesca artesanal no país, diariamente estes povos se deparam com a destruição do meio ambiente e de sua cultura em prol de um desenvolvimento econômico que somente beneficia a classe dominante. Considerando o avanço do capitalismo sobre as comunidades tradicionais como o principal agente causador de disputas dos recursos naturais marítimos e terrestres, a insurgência de conflitos socioambientais é explicada pelas tentativas das comunidades pesqueiras em manter suas territorialidades, saberes, símbolos, subsistência e práticas que se encontram ameaçadas.

Levando em consideração que o presente resumo teve como objetivo analisar os impactos socioambientais nas comunidades pesqueiras do Nordeste, considerando o modo de produção capitalista como o principal agente causador de conflitos no Nordeste, foi perceptível que a região também se depara com a destruição dos ambientes naturais, com o avanço de grandes empreendimentos e o apagamento da cultura tradicional.

Verificou-se que o aprofundamento dos impactos socioambientais se inicia com a internacionalização do capital, principalmente nos países subdesenvolvidos que passam a ser explorados pelas nações centrais, especialmente a partir de 1970 com o processo de modernização conservadora, respondendo à crise do capital monopolista. O Brasil segue um receituário econômico externo, cuja riqueza é apropriada pelo capital estrangeiro, com forte entrega dos recursos naturais do país. Progressivamente, os meios bióticos e abióticos vão sendo destruídos e expropriados de forma individual, excluindo as comunidades tradicionais que se mantêm a partir do que é disponibilizado pela natureza. O capital monopolista e financeiro agrário proporciona uma má distribuição da divisão social e espacial dos meios bióticos, de modo que os trabalhadores rurais e os grupos e comunidades tradicionais ficam à margem desse processo, sendo expropriados das suas comunidades de acordo com as leis de acumulação do capital no campo.

Uma das estratégias de exploração dos recursos naturais brasileiros se mostrou com a ascensão da pesca predatória no Brasil. O modelo industrial no país teve grande salto com a da criação da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), a partir de incentivos fiscais do Estado que construíram um cenário favorável à instalação de grandes empresas pesqueiras. Essa modalidade de pesca se caracteriza pelo arrasto, uma prática predatória que ameaça a conservação das espécies com a retirada de toneladas de cardumes sem nenhuma responsabilidade com o equilíbrio ambiental.

No Nordeste, o modelo industrial da carcinicultura representa estratégias de reapropriação da natureza como mercadoria para tornar possível a acumulação do capital. A carcinicultura para (Silva, 2009, p. 172) provoca o desmatamento do



manguezal; [...] contaminação da água por efluentes dos viveiros; [...] extinção de áreas tradicionalmente utilizadas para a mariscagem; [...] expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho.

Outro impacto ocorreu com o derramamento de petróleo no ano de 2019, o crime atingiu principalmente a costa Nordeste e impactou sobremaneira os/as pescadores/as artesanais que tinham a pesca como a única ou a principal fonte de subsistência. Muitos trabalhadores/as se depararam com a redução brusca da venda do pescado, pois a sociedade se encontrava com receio de consumir um produto possivelmente contaminado. Muito embora o Governo Federal tenha disponibilizado em duas parcelas um seguro especial, com base no Pescadores/as inscritos no Registro Geral da Pesca (RGP), não contemplou os/as afetados/as em sua totalidade. Nesse contexto, foi observado o aprofundamento do cenário de pobreza e o agravamento das vulnerabilidades sociais decorrentes delas.

Já o modelo de produção de energia através de grandes empreendimentos eólicos promove diversos impactos ao meio ambiente e aos modos de ser dos pescadores artesanais. Muito embora considerada por muitos como a “energia limpa”, esse modelo limita o acesso a áreas de uso coletivo, modifica a paisagem e traz impactos à fauna e à flora. De modo geral, representa mais uma estratégia que se apresenta como “sustentável”, mas representa como alternativa à reprodução do capital. No entanto, os/as pescadores/as seguem resistindo diariamente aos ataques ao meio ambiente e à cultura. Os movimentos sociais da pesca se organizam coletivamente na luta pela garantia de direitos inerentes à cidadania e a manutenção de suas necessidades enquanto grupos culturalmente diferenciados, mas que se encontram ameaçados pela ofensiva do capital. Portanto, a organização política da pesca não ocorre de modo espontâneo, acontece em consonância com as transformações societárias, são, portanto, reflexo das contradições do capitalismo.

Isso porque o capitalismo agrário combina os processos de expropriação e exploração, transformando a terra, o mar e o ar em negócios, gerando conflitos socioambientais diversos que muito ameaçam a cultura tradicional. Logo, o que se percebe é que “o direito à vida de pescadores e pescadoras artesanais é colocado em risco quando o ambiente não tem sua importância reconhecida ou quando os pescadores são identificados apenas como utilitários, com mão de obra barata” (TOMÁZ, 2021, p. 161). Diante de tudo isso, o que se percebe é que as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, assentadas em relações sociais de exploração e opressão, refletem em condições materiais de vida dos grupos e comunidades tradicionais que são expressas em desigualdades sociais, econômicas e políticas decorrentes dos processos sociais desiguais que ocorrem até os dias atuais e que intensificaram com o ajuste neoliberal que progressivamente retira direitos.



Conclusões

Diante disso, é urgente que o Estado e a sociedade compreendam a importância que a pesca artesanal representa para o país, pois são parte fundante da construção sócio-histórica do Brasil, como também “garantem a produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade brasileira e a manutenção dos diversos ecossistemas existentes no país” (MPP, 2015, p. 03). A ameaça aos pescadores e a todas as comunidades tradicionais brasileiras representa diretamente o apagamento de uma cultura e, sobretudo, a destruição de uma alternativa saudável para conservação de vida no planeta.

Portanto, considerando que o modelo capitalista esgota todas as possibilidades de um modelo social harmônico, se faz imperativo a organização e luta de uma nova forma de sociabilidade, em que seja de fato assegurado o pleno exercício dos direitos às comunidades tradicionais com um modo de viver onde a vida esteja acima do material. Portanto, é fundamental que movimentos coletivos político-organizativos (GUIMARÃES, 2013) sejam atuantes na construção de um projeto societário emancipatório aos povos do mar, que garantam melhores condições de sobrevivência, sem desigualdades e opressões.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras e dá outras providências.** Brasília, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2016.** Goiânia, 2016.

DUARTE, M. C. S. D.; DOMINGOS, J. V. M., PINTO JUNIOR, A. G; LEMOS, V. L. F; GUERRA, F. B; FONSECA; F. E. M. **Conflitos Socioambientais: Compreensões, contestações e novos diálogos.** Editora Motres. Salvador: 2021.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro; GUERRA, Eliana Costa. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Revista Katálysis**, v. 16, p. 63-71, 2013.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS. **Cartilha: Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro.** Fortaleza, 2015.

PACHECO, M. J. H. Conflitos pela água 2017: o des-envolvimento ameaça a vida. IN: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2017.** Goiânia, 2017.

SILVA, Andréa Lima da. **As populações tradicionais e a carcinicultura no capitalismo contemporâneo: uma análise da questão socioambiental na luta**



pelo território. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

TOMÁZ, Alzeni de Freitas. Conflitos socioambientais na pesca artesanal no Brasil. IN. CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - **Relatório 2021: Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil.** Olinda, 2021.